



OBRA SOCIAL PADRE MIGUEL

Anexo

31 de Dezembro de 2014

Índice

1	Identificação da Entidade	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	4
3	Principais Políticas Contabilísticas	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	6
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	10
5	Activos Fixos Tangíveis.....	10
6	Activos Intangíveis	11
7	Locações.....	11
8	Custos de Empréstimos Obtidos.....	11
9	Inventários	12
10	Rédito.....	13
11	Provisões, passivos contingentes e activos contingentes	13
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	13
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio	13
14	Imposto sobre o Rendimento	13
15	Instrumentos Financeiros.....	13
16	Benefícios dos empregados	14
17	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	14
18	Outras Informações	14
18.1	Investimentos Financeiros	15
18.2	Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	15
18.3	Clientes e Utentes.....	15
18.4	Outras contas a receber.....	16
18.5	Diferimentos	16
18.6	Outros Activos Financeiros	16
18.7	Caixa e Depósitos Bancários	16
18.8	Fundos Patrimoniais	17
18.9	Fornecedores	17
18.10	Estado e Outros Entes Públicos	17
18.11	Outras Contas a Pagar	18
18.12	Outros Passivos Financeiros	18
18.13	Subsídios, doações e legados à exploração	18

18.14 Fornecimentos e serviços externos	18
18.15 Outros rendimentos e ganhos	19
18.16 Outros gastos e perdas	19
18.17 Rendimentos/Gastos Financeiros.....	19
18.18 Acontecimentos após data de Balanço	20

1 Identificação da Entidade

A “OBRA SOCIAL PADRE MIGUEL” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Instituição Particular de Solidariedade Social” com estatutos publicados no Diário da República n.º172/94, Série III, com sede em Estrada de São Lázaro - Quinta dos Coelho. O seu âmbito de ação abrange o Concelho de Bragança e tem como atividade para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- Promover ações de solidariedade social, nomeadamente a luta contra a pobreza e exclusão social, bem como a promoção de ações de caráter cultural, recreativo e desportivo e ocupação de tempos livres, o convívio social e a cooperação com outros organismos oficiais e particulares e ainda a prestação de cuidados de saúde.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2012 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir

consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas

contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade bem como ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condições necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor na data da doação, valor pelo qual estão segurados.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

A.-O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”

B.-Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem no qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo.

São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	2 - 10
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 - 8

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

3.2.2 Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Visto não ser passível de se mensurar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables.

3.2.3 Propriedades de Investimento

3.2.4 Ativos Intangíveis

3.2.5 Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros referem-se aos FCT detidos pela entidade.

3.2.6 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out).

3.2.7 Instrumentos Financeiros

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.9 Provisões

3.2.10 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” são registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeita a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da Coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2011 a 2014 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

Bens do património histórico, artístico e cultural

Descrição	Saldo inicial	Aumentos /reduções	Depreciações		Saldo Final
			Acumuladas 2013	Do exercício 2014	
Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Arquivos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bibliotecas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Museus	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens Móveis (estatuária)	15.843,59	0,00	2.244,59	0,00	13.599,00
					13.599,00

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2013 e de 2014, mostrando os aumentos, reduções, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos/ reduções	Depreciações		Saldo Final
			Acumuladas 2013	Do exercício 2014	
Terrenos	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Edifícios e o. construções	4.992.957,47	0,00	613.224,74	118.081,94	4.261.650,79
Equipamento básico	469.805,25	14.486,43	346.616,87	54.922,09	82.752,72
Equip. Transporte	124.107,43	0,00	100.251,00	11.928,50	11.927,93
Equip. Administrativo	81.108,12	231,24	62.663,12	4.850,68	13.825,56
O. Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	5.669.978,27	14.717,67	1.122.755,73	189.783,21	4.372.157,00

Propriedades de Investimento**6 Ativos Intangíveis****7 Locações****8 Custos de Empréstimos Obtidos**

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2014			2013		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	41.301,11	558.359,71	599.660,82	40.953,70	599.660,82	640.614,52
Locações Financeiras						
Descobertos Bancários						
Contas caucionadas						
Contas Bancárias de Factoring						
Contas bancárias de letras						
Outros Empréstimos						
Total	41.301,11	558.359,71	599.660,82	40.953,70	599.660,82	640.614,52

Os planos de reembolso da dívida da Entidade em 2014, bem como o reembolso previsto para o próximo ano, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Mês	2014			2015		
	Amortização	Juros	Total	Amortização	Juros	Total
Janeiro	3.399,61 €	451,10 €	3.850,71 €	3.428,45 €	422,26 €	3.850,71 €
Fevereiro	3.402,00 €	448,71 €	3.850,71 €	3.430,86 €	419,85 €	3.850,71 €
Março	3.404,40 €	446,31 €	3.850,71 €	3.433,28 €	417,43 €	3.850,71 €
Abril	3.406,80 €	443,91 €	3.850,71 €	3.435,70 €	415,01 €	3.850,71 €
Maio	3.409,20 €	441,51 €	3.850,71 €	3.438,12 €	412,59 €	3.850,71 €
Junho	3.411,60 €	439,11 €	3.850,71 €	3.440,54 €	410,17 €	3.850,71 €
Julho	3.414,00 €	436,71 €	3.850,71 €	3.442,96 €	407,75 €	3.850,71 €
Agosto	3.416,40 €	434,31 €	3.850,71 €	3.445,38 €	405,33 €	3.850,71 €
Setembro	3.418,81 €	431,90 €	3.850,71 €	3.447,81 €	402,90 €	3.850,71 €
Outubro	3.421,22 €	429,49 €	3.850,71 €	3.450,24 €	400,47 €	3.850,71 €
Novembro	3.423,63 €	427,08 €	3.850,71 €	3.452,67 €	398,04 €	3.850,71 €
Dezembro	3.426,04 €	424,67 €	3.850,71 €	3.455,10 €	395,61 €	3.850,71 €
Total	40.953,70 €	5.254,82 €	46.208,52 €	41.301,11 €	4.907,41 €	46.208,52 €

9 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2013				2014		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	528,36	+2.917,95	3.446,31	16.843,84	+1.366,74	2.856,62
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	8.809,17	343.623,22	+2.485,75	9.438,96	*264.125,25	+1.350,18	7.719,39
Produtos acabados e intermédios	0,00	12.414,39	0,00	0,00	**7.886,30	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	8.809,17	356.565,97	5.403,70	12.885,27	288.855,39	2.716,92	10.576,01
CMVMC				357.893,57			293.881,57

* (G. Alimentares- 256.086,72) + (Específicas da atividade agrícola- 695,28) + (Mat. Hoteleiro- 1.748,69)
+ (Roupas e calçado- 5.535,09) + (Outros- 59,47).

** Trabalhos p/ a própria entidade (horta)

10 Rédito

Para os períodos de 2014 e 2013 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2014	2013
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
<i>Quotas de utilizadores</i>	1.021.780,82	973.953,85
Creches	53.546,00	50.747,50
Ref. /Cantina Social	0,00	0,00
SAD	52.617,00	43.775,40
Outros (CAT)	3.990,00	7.410,00
Lar	417.156,08	393.149,42
Centro de dia	21.089,87	16.609,85
Residência p/ pessoas idosas	473.381,87	466.261,68
<i>Serviços Secundários</i>	1.666,00	5.856,50
Juros	5.083,51	5.123,69
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	1.028.530,33	984.934,04

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios ao investimento”:

Descrição	2014	2013
Integrar- Medida 5	133.470,30	137.149,44
FSS - Viatura 34-MV-21	7.140,00	14.280,00
Mases	0,00	0,00
Pares - Infraestruturas	1.174.565,49	1.201.260,16
Pares - Fiscalização	22.807,12	23.325,46
Pares - Equipamentos Moveis	20.324,76	30.487,15
Total	1.358.307,67	1.406.502,21

Em 2014 foram imputados aos rendimentos em função das depreciações dos ativos financiados, o valor de 48.194,54 €, sendo o valor de 2013 de 49.723,21€.

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

14 Imposto sobre o Rendimento

15 Instrumentos financeiros

16 Benefícios dos empregados

O número de membros da Direção, nos períodos de 2014 e 2013, foi de 7. Os órgãos diretivos não usufruem de qualquer remuneração.

O número de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2013 foi de 90 e em 31/12/2014 foi de 93.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2014	2013
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	768.791,48	710.920,99
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	737,10	572,32
Encargos sobre as Remunerações	166.077,62	145.058,87
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	5.400,47	7.351,84
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	74.608,24	77.263,65
Total	1.015.614,91	941.167,67

17 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2014 e 2013, foram de 3.000,00€ acrescidos de iva à taxa legal em vigor, em cada um dos períodos.

18 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

18.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2014 e 2013, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2014	2013
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros - FCT	1.133,27	0,00
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	1.133,27	0,00

18.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2014 e 2013, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2014	2013
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	4.684,04	2.943,12
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Total	4.684,04	2.943,12
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

18.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2014 e 2013 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Clientes e Utentes c/c		
Clientes e utentes	10.890,00	8.531,00
Adiantamento de Utentes/Clientes	7.722,26	8.349,52
Total	3.167,74	181,48

Nos períodos de 2014 e 2013 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2014	2013
Cientes		
Utentes	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

18.4 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a seguinte decomposição:

Descrição	2014	2013
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	3.259,12	3.220,34
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	10.220,00	9.538,46
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	13.479,12	12.758,80

18.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2014	2013
Gastos a Reconhecer		
	2.992,18	3.433,33
Total	2.992,18	3.433,33
Rendimentos a Reconhecer		
	725.526,00	805.278,00
Total	725.526,00	805.278,00

18.6 Outros Ativos Financeiros

A Entidade detinha, em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os seguintes investimentos:

Descrição	2014	2013
Aplicações EUROVIDA	26.512,09	26.512,09
OCIDENTAL Seguros	0,00	0,00
Total	26.512,09	26.512,09

18.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2014 e 2013, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2014	2013
Caixa	1.035,61	522,50
Depósitos à ordem	264.136,05	189.418,84
Depósitos a prazo	140.000,00	125.000,00
Total	405.171,66	314.941,34

18.8 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	1.799.770,75	77.398,21	0,00	1.877.168,96
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	1.409.096,06	0,00	-48.194,54	1.360.901,52
Total	3.208.866,81	77.398,21	-48.194,54	3.238.070,48

18.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Fornecedores c/c	37.517,89	41.925,41
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	37.517,89	41.925,41

18.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	900,72
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	2.916,56
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	0,00	3.817,28
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	2.377,39	2.826,12
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	4.391,17	4.013,57
Segurança Social	19.678,95	16.967,60
Outras tributações – FCT/FGCT	94,40	0,00
Total	26.541,91	23.807,29

18.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2014		2013	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		0,00		0,00
Credores p/ acréscimos gastos- Rem. a Liquidar		129.973,01		127.425,75
Credores p/ acréscimos gastos- Outros		22.092,12		10.850,73
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		551,21		2.127,53
Total	0,00	152.616,34	0,00	140.404,01

18.12 Outros Passivos Financeiros**18.13 Subsídios, doações e legados à exploração**

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2014 e 2013, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2014	2013
Subsídios do Estado e outros entes públicos		
ISS		
Creche	151.137,65	161.102,97
Ref/Cantina Social	19.352,40	19.208,40
CAT	3.926,45	23.915,64
SAD	218.219,29	208.302,31
Lar	280.916,79	258.043,02
C. Dia	15.242,48	12.579,60
<i>Total</i>	<i>688.795,06</i>	<i>683.151,94</i>
IEFP		
Empresa de Inserção	24.935,46	21.641,04
Outros (EPR/CEI/Med. Estimulo)	34.786,60	25.326,05
<i>Total</i>	<i>59.722,06</i>	<i>49.883,44</i>
Total	748.517,12	733.035,38

Os Subsídios ao Investimento estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

18.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 foi a seguinte:

Descrição	2014	2013
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	81.905,81	65.410,94
Materiais	9.668,76	16.330,57
Energia e fluidos	173.524,10	190.080,06
Deslocações, estadas e transportes	0,00	0,00
Serviços diversos	51.782,57	63.811,68
Total	316.881,24	335.633,25

18.15 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Rendimentos Suplementares	13.279,81	3.770,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	3.743,66	2.787,43
Ganhos em inventários	1.644,79	3.758,18
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	0,00	945,02
Outros rendimentos e ganhos		
Quotas	18.225,28	11.566,03
Subsídios ao investimento	48.194,54	49.723,21
Donativos	28.252,68	111.889,98
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros		2.004,81
Total	113.340,76	186.444,66

18.16 Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Impostos	29,00	842,71
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	325,29	2,14
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos e Perdas	2.162,91	770,00
Total	2.517,20	1.614,85

18.17 Rendimentos/Gastos Financeiros

- Resultados Financeiros**

Nos períodos de 2014 e 2013 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2014	2013
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	5.254,82	5.881,09
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	802,89	903,22
Total	6.057,71	6.784,31
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	5.083,51	5.123,69
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	5.083,51	5.123,69
Resultados Financeiros	-974,20	-1.660,62

18.18 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2014.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2013 foram aprovadas pela Direção em 03 de Março de 2014.

As contas do exercício de 2014 foram _____ pela Direção em 16/02/2015.

Bragança, __ de _____ de 2015.

O Técnico Oficial de Contas

A Direção